

Energia pode atrair R\$ 3,5 trilhões em dez anos

Estimativa de aportes no segmento do País é feita pelo Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) 2035

/ INVESTIMENTOS

Jefferson Klein

jefferson.klein@jornaldocomercio.com.br

Os investimentos em energia no Brasil, nos próximos dez anos, deverão somar aproximadamente R\$ 3,5 trilhões. A maior parte desse montante, em torno de 80%, será focada no segmento de petróleo e gás natural, 17% em energia elétrica e 3% em biocombustíveis líquidos. A projeção consta no Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) 2035.

As consultas públicas do PDE 2035 e do Plano Nacional de Energia (PNE) 2055 foram lançadas nesta quinta-feira, pelo Ministério de Minas e Energia. “O planejamento energético é um ativo estratégico para o País”, enfatiza o secretário-executivo da pasta, Gustavo Cerqueira Ataíde.

Entre os apontamentos feitos pelo PDE, Ataíde cita a perspectiva do incremento de cerca de 20% no consumo final de energia, saltando de 301 (10⁶ Tep - Tonelada Equivalente de Petróleo) para 360 (10⁶ Tep). Esse consumo abrange os diversos tipos de



BRUNO VEIGA/PETROBRAS/DIVULGAÇÃO/JC

Investidores especulam que as expectativas de um acordo de paz entre Rússia e Ucrânia estejam diminuindo

energia, como eletricidade, derivados de petróleo, etanol, gás natural, carvão, entre outros.

Em capacidade de energia elétrica, o Brasil saltará de uma potência de 249 mil MW, registrada em dezembro de 2025,

para 359 mil MW, em dezembro de 2035. A hidreletricidade continuará tendo uma contribuição importante na matriz elétrica, mas verá seu percentual de participação reduzir de 44% para 32%. As fontes solar e eólica,

assim como a geração distribuída (em que o consumidor produz sua própria energia, normalmente por painéis fotovoltaicos), também terão destaque, fazendo a geração de energia elétrica ser predominantemente feita de fon-

tes renováveis no País.

Projetando um período mais longo, de 30 anos, o PNE 2055 indica que a demanda de energia permanecerá crescendo e pode até duplicar no Brasil. O presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Thiago Prado, ressalta que as duas ferramentas, o PNE 2055 e o PDE 2035, são complementares e servem para dar subsídios ao planejamento do setor de energia e para a realização de políticas públicas.

“O futuro não é um lugar que a gente vai, é um lugar que a gente constrói”, afirma o dirigente. Prado frisa que os instrumentos são estratégicos e os compara a faróis, que apontam a direção a ser seguida. O representante da EPE alerta que, sem planos, a energia se torna mais cara e menos confiável. As consultas públicas do Relatório do PDE 2035 e do Relatório Síntese do PNE 2055 ficarão abertas por 30 dias a partir da publicação e poderão ser acessadas pelos portais do Ministério de Minas e Energia e do Participa + Brasil, permitindo contribuições da sociedade, do setor produtivo e de especialistas.

Fonte nuclear cresce de 10 GW para 14 GW no planejamento do governo federal

/ INFRAESTRUTURA

A energia nuclear ganhou mais espaço no planejamento do governo no Plano Energético Nacional 2055 (PNE 2055), cuja consulta pública foi aberta nesta quinta-feira (12) pelo Ministério de Minas e Energia (MME). Em linha com as ambições climáticas, o governo elevou a adição da fonte nesse horizonte para 14 gigawatts (GW) dos entre 8 e 10 GW previstos no PNE 2050.

“A gente consegue perceber que o próprio planejador do governo sinaliza com usinas nucleares para complementar a matriz energética e incrementa de maneira significativa. Era de 8 a 10 GW e agora fala de 14 GW, um incremento muito grande, mas precisamos sair só do planejamento e ir para a prática”, disse ao Broadcast (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado) o presidente da Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Atividades Nucleares (Abdan), Celso Cunha.

“Mas é preciso fazer com que o mercado entre nessa cons-

trução. Cada GW desses significa US\$ 5 bilhões em investimentos. São US\$ 90 bilhões só em potencial com a energia nuclear até 2055”, acrescentou. “Sem sombra de dúvida vai estabilizar a matriz elétrica e permitir o crescimento das fontes renováveis, sem curtailment (cortes de energia)”.

Ele ressaltou que o mundo todo está avançando na fonte nuclear, inclusive a Alemanha, que abandonou a fonte, agora tem uma das maiores tarifas de energia do mundo. Outros países que estavam fora do setor voltaram a construir usinas. “A nuclear fez que a China avançasse com a sua economia e não aumentando, o que é mais importante, a emissão de gás carbônico”, afirmou.

A proposta do novo plano inclui os pequenos reatores nucleares modulares (SMRs, na sigla em inglês), que podem ser instalados com mais facilidade do que as grandes centrais e estão nos planos de empresas como a Âmbar Energia, do grupo J&F, que está prestes a adquirir a participação da Axia (ex-Eletronuclear).

na Eletronuclear.

Os equipamentos, segundo especialistas, poderiam ser instalados em áreas remotas como na Amazônia, em substituição aos geradores a óleo diesel. Os SMRs são uma tecnologia emergente, com cerca de 127 projetos em desenvolvimento no mundo, e apenas três unidades operam comercialmente, na China e na Rússia.

O PNE 2055 afirma que a capacidade instalada no Brasil pode quintuplicar entre 2025 e 2055, com as energias renováveis podendo chegar a 88% do total da capacidade instalada no País.

“Apesar da redução na participação relativa na matriz elétrica, o aproveitamento da fonte hidráulica, em modernização e viabilização de potencial estratégico, inclusive através de Usinas Hidrelétricas Reversíveis (UHR), leva a um acréscimo de até 72 GW de capacidade instalada até 2055”, informa o texto em consulta pública.

O plano já prevê também a participação das baterias na ma-

triz elétrica brasileira, que, de acordo com o documento, “vai desempenhar um papel fundamental no gerenciamento dos excedentes de energia renovável e no atendimento das necessidades de potência e flexibilidade do Sistema Interligado Nacional (SIN), contemplando baterias e UHRs”.

O plano também traz a indicação do aumento expressivo da demanda de minerais críticos e

estratégicos no Brasil para desenvolver a eletromobidade brasileira, além do urânio que abastece as usinas nucleares.

“O avanço da transformação mineral no território nacional é condição central para capturar maior valor associado a motores elétricos, baterias e equipamentos de geração renovável, contribuindo para uma transição mais justa e inclusiva”, avalia o PNE 2055.



LUIS ROBAYO/AFP/JC

Objetivo da União é complementar a matriz energética do Brasil